



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Restinga*

## **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº XXX, de XX de XXX**

Regulamenta o Sistema de Monitoramento por Vídeo (SMV) do Campus Restinga. Normatiza o processo de obtenção, uso, descarte e disponibilização das imagens obtidas através desse sistema. Cria e determina a comissão de análise de imagens - CAI.

O Diretor-Geral em exercício do *Campus Restinga* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul no uso das suas atribuições legais, resolve regulamentar o Sistema de Monitoramento por Vídeo (SMV) do Campus Restinga, bem como normatiza o processo de obtenção, uso e disponibilização das imagens obtidas através desse sistema.

### **TÍTULO I**

#### **DAS FINALIDADES DO SMV, DOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS E DAS COMPETÊNCIAS**

##### **CAPÍTULO I**

##### **DAS FINALIDADES DO SMV**

**Art. 1º** - O SMV do Campus Restinga tem como finalidade:

- I. Possibilitar ações preventivas e educativas de forma a permitir maior eficiência à segurança patrimonial do Campus Restinga;
- II. Auxiliar na segurança de servidores, estudantes, terceirizados e visitantes;
- III. Auxiliar na segurança patrimonial dos bens públicos e dos bens particulares que se encontram sob a responsabilidade legal do campus.



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Restinga*

- IV. Auxiliar na segurança patrimonial dos bens particulares que se encontram nas dependências do campus Restinga somente mediante apresentação de Boletim de Ocorrência Policial.

CAPÍTULO II  
DA CRIAÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELO SMV E DE SUAS  
COMPETÊNCIAS

**Art. 2º** - São responsáveis pelo planejamento, acompanhamento e gestão das informações geradas pelo sistema de monitoramento por câmeras de segurança instaladas no Campus Restinga:

- I. A Direção-geral do Campus Restinga;
- II. A Comissão de Análise de Imagens (CAI) do SMV;
- III. O Departamento de Tecnologia da Informação (DTI);
- IV. A Equipe de Monitoramento do SMV.

**Parágrafo único.** É vedado a qualquer um dos servidores sobrepor posições mencionadas nos incisos deste artigo.

**Art. 3º** - Compete à Direção-geral do Campus Restinga:

- I. Credenciar, por meio do Anexo B, e supervisionar os funcionários terceirizados que compõe a Equipe de Monitoramento do SMV;
- II. Designar por meio de portaria os membros da CAI;
- III. Supervisionar o acesso aos ambientes restritos, controlados pelo DTI;
- IV. Disponibilizar a infraestrutura necessária para o efetivo cumprimento deste regulamento;



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Restinga*

**Art. 4º - Compete à CAI:**

- I. Analisar e deliberar quanto ao mérito as solicitações de disponibilização de imagens protocoladas na DTI;
- II. Analisar, quando for o caso, as imagens solicitadas a fim de verificar a existência do fato descrito na solicitação.
- III. Manter o sigilo das informações a que tiver acesso, conforme manifestado em TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE (Anexos A), sujeitando-se, em caso de violação, às normas vigentes que regem o assunto.
- IV. Encaminhar a resposta à solicitação.

**Art. 5º -** A CAI será constituída por três servidores titulares e três suplentes, nomeados pela Direção-geral do Campus, designados por portaria, com mandato de quatro anos, permitida uma recondução.

**Parágrafo único.** A composição descrita no caput observará a seguinte representatividade:

- I. Um representante indicado pela diretoria de ensino e seu respectivo suplente;
- II. Um representante indicado pela diretoria de administração, preferencialmente dos setores de infraestrutura ou contratos, e seu respectivo suplente;
- III. Um representante indicado pela Direção-geral do Câmpus, e seu respectivo suplente.

**Art. 6º - Compete ao Departamento de Tecnologia da Informação do Campus:**

- I. Supervisionar a Equipe de Operação do SMV;
- II. Realizar os procedimentos para utilização dos equipamentos de geração e armazenamento de imagens;
- III. Orientar, disciplinar e fiscalizar a utilização dos equipamentos de geração, armazenamento e uso de imagens armazenadas;
- IV. Gerenciar os serviços de manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos;
- V. Providenciar treinamento e atualização da equipe de monitoramento;
- VI. Sugerir as especificidades técnicas referentes aos equipamentos de captação, gravação, armazenamento e reprodução de imagens por câmeras de segurança, no que diz respeito à aquisição e utilização;



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Restinga*

- VII. Guardar e manter o sigilo das imagens geradas, gravadas e armazenadas pelo SMV, bem como sobre o conteúdo das mesmas;
- VIII. Receber, protocolar e arquivar os formulários de solicitação de imagens, bem como os processos originados destes, de acordo com as normas, fluxos e documentações exigidas por esse regulamento;
- IX. Treinar a equipe de vigilância com acesso ao sistema de reprodução de imagens, credenciada pela Direção-geral do Câmpus Restinga;
- X. Submeter, para aprovação da Direção-geral do Câmpus Restinga, o grupo de servidores da DTI que operará e gerenciará o sistema de gravação e armazenagem das imagens geradas;
- XI. Providenciar a gravação e procedimentos técnicos referentes à solicitação de imagens;
- XII. Zelar pelo uso correto dos equipamentos.

**Art. 7º - Compete à Equipe de Monitoramento do SMV:**

- I. Respeitar a rotina de trabalho estabelecida;
- II. Comunicar à Direção Geral, o registro de situações incomuns durante o monitoramento, para fins de geração de ocorrência;
- III. Manter o sigilo das informações a que tiver acesso, conforme manifestado em TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE (Anexo B deste regulamento), sujeitando-se, em caso de violação, às normas vigentes que regem o assunto.

**Parágrafo 1º.** a Equipe de Monitoramento será composta exclusivamente funcionários terceirizados do serviço de segurança.

**Parágrafo 2º.** Deverá ser disponibilizado, pelo DTI, treinamento à Equipe de Monitoramento.

## TÍTULO II

### DA COMPOSIÇÃO DO SMV E DO SEU FUNCIONAMENTO

#### CAPÍTULO I

#### DA COMPOSIÇÃO DO SMV



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Restinga*

**Art. 8º** - O SMV é composto por:

- I. Sistema de Câmeras de Vídeo;
- II. Sistema de gravação e armazenamento de imagens;
- III. Sistema de reprodução de imagens.

**Parágrafo 1º.** Os sistemas mencionados no caput devem estar interligados por meio de rede digital, sem conexão com rede externa.

**Parágrafo 2º.** O sistema de gravação e armazenamento de imagens deve ser independente do sistema de reprodução de imagens, estando localizados em ambientes físicos separados.

**Parágrafo 3º.** As especificidades técnicas referentes aos equipamentos de captação, gravação, armazenamento e reprodução de imagens por câmeras de vídeo, no que diz respeito à aquisição e utilização, são de responsabilidade do Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) do Campus Restinga.

## CAPÍTULO II

### DO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CÂMERAS POR VÍDEO

**Art. 9º** - A instalação e a utilização de câmeras do SMV do Campus Restinga devem ser precedidas de estudo técnico, planejamento e projeto prévios elaborados pelo Departamento de Tecnologia da Informação, atendendo ao disposto na legislação vigente e normas superiores institucionais.

**Art. 10º** - As câmeras de vídeo poderão ser instaladas em ambientes externos, vias internas, áreas comuns, locais de guarda e armazenamento de materiais do campus e áreas sensíveis à instituição como datacenter, conforme critérios técnicos, levando-se em consideração os seguintes aspectos:

- I. Éticos e pedagógicos inerentes a uma instituição de educação;
- II. Viabilidade técnica da instalação;
- III. Estudos estatísticos de microrregiões do câmpus mais sujeitas a ocorrências de natureza relevante e que seriam coibidas pelo uso das câmeras;
- IV. Viabilidade financeira para a implantação e manutenção;



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Restinga*

- V. Estudo da área circunvizinha de abrangência na utilização das câmeras;
- VI. Campo de abrangência visual;
- VII. Facilidade de manutenção.

**Art. 11º** - É vedada a instalação de câmera de vídeo em locais de uso íntimo, como vestiários e banheiros, bem como localidades que abranjam quaisquer áreas em que se localize espaços de trabalho, salas de aula e laboratórios, salvo casos previstos no Art.10º.

**Art. 12º** - É obrigatória a afixação de aviso que informe a existência de câmera em locais nos quais ela esteja instalada.

### CAPÍTULO III

#### DO FUNCIONAMENTO SISTEMA DE GRAVAÇÃO E ARMAZENAMENTO

**Art. 13º** - As imagens devem ser armazenadas em mídia eletrônica, considerando os recursos disponíveis e a legislação vigente.

**Parágrafo 1º.** O período de armazenamento das imagens será de no mínimo 15 dias, conforme condições técnicas.

**Parágrafo 2º.** A exclusão das imagens após o período previsto no parágrafo 1º deste artigo se dará de forma automática pelo sistema.

**Art. 14º** - Os equipamentos de gravação e armazenamento de imagens ficarão em ambiente físico de acesso restrito, com permissão de utilização somente para pessoal previamente credenciado pela Direção Geral do Campus Restinga.

**Parágrafo 1º.** A sala mencionada no caput deverá estar provida de câmera que registre seus terminais de gravação e armazenamento de imagem.

**Art. 15º** - O controle de acesso ao servidor de gravação e armazenamento (máquina virtual) será de responsabilidade do DTI, que deverá manter rigoroso controle.



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Restinga*

**Art. 16º** - O DTI será responsável pela guarda e sigilo das imagens geradas, gravadas e armazenadas pelo sistema de vídeo, bem como sobre o conteúdo das mesmas.

**Art. 17º** - O DTI submeterá para aprovação da Direção-geral do Câmpus Restinga o grupo de servidores que operará e gerenciará o sistema de gravação e armazenagem das imagens geradas.

**Parágrafo 1º.** O manuseio do sistema de gravação e armazenamento de imagens deverá ser feito exclusivamente por servidores do quadro efetivo e lotados no IFRS – Campus Restinga.

**Parágrafo 2º.** Manter o sigilo das informações a que tiver acesso, conforme manifestado em TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE (Anexo A), sujeitando-se, em caso de violação, às normas vigentes que regem o assunto.

### CAPÍTULO III

#### DO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE REPRODUÇÃO DE IMAGENS

**Art. 18º** - O sistema de reprodução de imagens consiste em uma estação de trabalho conectada à rede do sistema de monitoramento por câmeras de vídeo, com acesso por senha.

**Art. 19º** - Os equipamentos de reprodução de imagens ficarão em ambiente físico de acesso restrito, com permissão de utilização somente para pessoal previamente credenciado pela Direção-geral do Campus Restinga.

**Art. 20º** - O controle de acesso à sala do sistema de reprodução de imagens, bem como o credenciamento de pessoal, serão de responsabilidade da Direção-geral do Campus Restinga, devendo observar o sigilo inerente a atividades desta natureza.

**Parágrafo 1º.** Os terminais mencionados no caput não deverão estar ligados à internet e seus operadores não podem manter naquele espaço equipamentos portáteis de comunicação, como celulares, notebooks, entre outros.



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Restinga*

**Art. 21º** - O sistema de reprodução de imagens somente poderá ser acessado por servidores e/ou funcionários terceirizados da área de vigilância devidamente credenciados pela Direção-geral do Campus Restinga.

**Parágrafo único.** Em caso de necessidade de manutenção dos equipamentos deverão ser observadas todas as normas previstas neste regulamento.

**TÍTULO III**  
**DOS PROCEDIMENTOS DE DISPONIBILIZAÇÃO DAS IMAGENS**

**CAPÍTULO I**  
**DO FLUXO DE CONCESSÃO DE IMAGENS**

**Art. 22º** - A solicitação de disponibilização de imagens deve ser realizada via formulário (conforme o modelo do Anexo C) o qual deverá ser protocolado junto ao DTI, obedecendo o seguinte fluxo:

- I. Após a solicitação ser protocolada no DTI, o mesmo deverá verificar se a imagem do período e do local solicitado constam nos dados armazenado;
- II. No caso de as imagens não estarem disponíveis no sistema de armazenamento, o DTI comunicará diretamente o solicitante sobre a impossibilidade de gravação, sem a necessidade de convocação da CAI;
- III. Quando verificada a existência das imagens, o DTI deve encaminhar a solicitação juntamente com as imagens para análise da CAI;
- IV. A partir do recebimento da comunicação do DTI, a CAI tem cinco dias úteis para avaliar o mérito da justificativa e as imagens disponibilizadas, devendo encaminhar seu parecer ao solicitante e ao DTI dentro desse mesmo período;

**Parágrafo 1º.** Entende-se, para fins deste regulamento, que os encaminhamentos administrativos de responsabilidade da CAI se restringem ao acionamento dos setores





Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Restinga*

institucionais responsáveis pelas devidas providências de acordo com as normas institucionais e legais.

**Parágrafo 2º.** Entende-se, para fins deste regulamento, que os encaminhamentos pedagógicos de responsabilidade da CAI, que envolvam estudantes, se restringem ao acionamento da Diretoria de Ensino, que tomará as devidas providências, de acordo com as normas institucionais e legais.

**Parágrafo 3º.** Entende-se, para fins deste regulamento, que as imagens não serão disponibilizadas diretamente aos usuários solicitantes sendo disponibilizadas apenas sob ação judicial ou inquérito policial, para a autoridade competente. Este parágrafo não se aplica no caso de o solicitante ser a Direção Geral do Campus Restinga e a solicitação ser de interesse da Administração Pública.

**Art. 23º** - Quando a solicitação for via judicial, as imagens deverão ser disponibilizadas conforme determinação, devendo a CAI ser informada.

## CAPÍTULO II

### DA INSTÂNCIA RECURSAL À NEGATIVA DE CONCESSÃO DE IMAGEM

**Art. 24º** - O Conselho de Campus atuará como instância recursal referente às solicitações de disponibilização de imagens.

## TÍTULO IV

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 25º** - As imagens armazenadas não serão exibidas e/ou cedidas, exceto para instrução dos processos administrativos ou judiciais.

**Parágrafo único.** Nos casos de processo administrativos que envolvam questões disciplinares, a liberação de imagens será feita exclusivamente através de ordem judicial.



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Restinga*

**Art. 26º** - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho de Campus, revogadas as disposições em contrário.

Porto Alegre, **XXX** de 2020.

Prof. Rudinei Müller  
Diretor-Geral  
IFRS - *Campus* Restinga  
Portaria 157/2020-IFRS



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
Campus Restinga

## **ANEXO A**

### **TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE - SERVIDOR**

**Nome Completo:**

**RG:**

**CPF:**

**SLAPE:**

**Cargo/Função:**

**Departamento:**

O presente TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE, relativo à Instrução Normativa nº **XXXXXX**, aplica-se a toda informação relativa às imagens reproduzidas, armazenadas e gravadas do Sistema de Monitoramento por Câmeras de Vídeo instalado no Câmpus Restinga do IFRS, considerando que o sigilo e a confidencialidade são imprescindíveis para quem trabalha neste sistema.

**Cláusula primeira - A PARTE COMPROMETIDA tem como obrigação:**

- I. Manter as imagens gravadas sob sigilo, bem como seu conteúdo, liberando-as somente para instrução de processos administrativos ou judiciais, mediante autorização expressa da CAI do IFRS Câmpus Restinga, excluindo-se qualquer outro objetivo;
- II. Não fazer cópia ou registro sobre qualquer parte da informação confidencial e, se autorizado expressamente pela autoridade competente, garantir que esteja protegido de forma adequada contra revelação, cópia, registro ou uso indevido e não autorizado;
- III. Não reclamar, a qualquer tempo, posse de direito relativo ao uso das imagens.



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
Campus Restinga

**Cláusula segunda** - A parte comprometida fica desde já proibida de produzir cópias, por qualquer meio ou forma, de qualquer das imagens reproduzidas, armazenadas e gravadas que tenham chegado ao seu conhecimento, sem expressa autorização da CAI.

**Cláusula terceira** - Este termo tornar-se-á válido a partir da data de sua efetiva assinatura pela PARTE COMPROMETIDA.

**Cláusula quarta** - Caso a parte comprometida descumpra quaisquer das obrigações previstas no presente Termo, o IFRS – Campus Restinga instaurará processo administrativo e dará os encaminhamentos legais junto às autoridades competentes.

**Cláusula quinta** - Por força do artigo 109, inciso I, da Constituição Federal, o foro competente para dirimir quaisquer controvérsias resultantes da execução deste Instrumento é o da Justiça Federal - Subseção Judiciária de Porto Alegre, caso não sejam resolvidas administrativamente.

Por estar de acordo com o exposto, a parte comprometida firma o presente termo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

---

PARTE COMPROMETIDA

---

Diretor Geral do IFRS - Campus Restinga



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
Campus Restinga

## **ANEXO B**

### **TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE - FUNCIONÁRIO TERCEIRIZADO**

**Nome Completo:**

**RG:**

**CPF:**

**Cargo/Função:**

**Empresa:**

O presente TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE, relativo à Instrução Normativa nº **XXXX** aplica-se a toda informação relativa às imagens reproduzidas pelo Sistema de Monitoramento por Câmeras de Vídeo instalado no Campus Restinga do IFRS, considerando que o sigilo e a confidencialidade são imprescindíveis para quem trabalha neste sistema.

**Cláusula primeira - A PARTE COMPROMETIDA tem como obrigação:**

- I. Manter as imagens sob sigilo, bem como o conteúdo das mesmas;
- II. Não fazer cópia ou registro sobre qualquer parte da informação confidencial e, se autorizado expressamente pela autoridade competente, garantir que esteja protegido de forma adequada contra revelação, cópia, registro ou uso indevido e não autorizado;
- III. Não permitir o acesso de pessoal não autorizado ao ambiente restrito de reprodução de imagens;
- IV. Não reclamar, a qualquer tempo, posse de direito relativo ao uso das imagens;

**Cláusula segunda - A parte comprometida fica desde já proibida de produzir cópias, por qualquer meio ou forma, de qualquer das imagens reproduzidas que tenham chegado ao seu conhecimento, sem expressa autorização da CAI.**



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Restinga*

**Cláusula terceira** - Este termo tornar-se-á válido a partir da data de sua efetiva assinatura pela PARTE COMPROMETIDA.

**Cláusula quarta** - Caso a parte comprometida descumpra quaisquer das obrigações previstas no presente Termo, o IFRS – Campus Restinga dará os encaminhamentos administrativos junto à empresa e legais junto às autoridades competentes.

**Cláusula quinta** - Por força do artigo 109, inciso I, da Constituição Federal, o foro competente para dirimir quaisquer controvérsias resultantes da execução deste Instrumento é o da Justiça Federal - Subseção Judiciária de Porto Alegre, caso não sejam resolvidas administrativamente.

Por estar de acordo com o exposto, a parte comprometida firma o presente termo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

---

PARTE COMPROMETIDA

---

Diretor Geral do IFRS - Campus Restinga



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Restinga*

## **ANEXO C**

### **FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE IMAGENS**

**Nome do solicitante:**

**Cargo/Função:**

**Instituição:**

**E-mail:**

**Telefone:**

**Descrição da ocorrência:**

**Data da ocorrência:**

**Período da ocorrência:**

**Local da ocorrência (dependência do campus):**

**Justificativa para a solicitação:**

**Assinatura do solicitante:**

**Data do Protocolo:**

**Orientações gerais:**

O período de armazenamento das imagens é de no mínimo 15 dias, conforme condições técnicas.



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Restinga*

A liberação das imagens será realizada nos prazos e termos do regulamento do sistema de monitoramento por vídeo do Campus Restinga, aprovado pela Instrução Normativa nº **XXXX**, do Conselho de Campus.